BARROS, Marco Antonio de. **A busca da verdade no processo penal**. 4. ed . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 432 p.

BARROS, Marco Antonio de. **A busca da verdade no processo penal**. 4. ed . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 432 p. ---- *Localização: 343.1 / B278b / 4.ed.*

SUMÁRIO	
PRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO	
REFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO	
ISTA DE ABREVIATURAS	
1. A VERDADE DIMENSIONADA NO PROCESSO	
1.1 Que é verdade?	
1.2 A unicidade da verdade	
1.3 A busca da verdade e a finalidade do processo	
1.4 O Direito e a verdade	
1.5 Princípios e a verdade	
1.5.1 Princípio da verdade material	
1.5.2 Princípio da verdade formal	
1.5.3 A verdade material no processo civil e a verdade formal no proce	
1.5.4 O enfraquecimento dos dogmas e a verdade processual	
1.6 Verdade produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa	
1.7 O consenso e a verdade	
1.8 Verdade sabida, fato notório e evidência	
2. O DESCOBRIMENTO DA VERDADE NOS SISTEMAS PROBATÓRIOS ANTIGO	
3. RAÍZES LUSITANAS DE APURAÇÃO DA VERDADE	
4. A BUSCA DA VERDADE SOB A ÉGIDE DO DIREITO CONSTITUCIONAL.	
4.1 O influxo das Constituições na investigação da verdade	
4.2 Critérios constitucionais que prevaleceram até a Carta de 1934	
4.3 A Constituição de 1937 e a promulgação do Código de Processo Penal	
4.4 O período pós-constitucional de 1946	
4.5 Os modernos ditames da Constituição de 1988	
5. INVESTIGAÇÃO DA VERDADE	
5.1 Inquérito policial e o descobrimento da verdade	
5.1.1 Finalidade do inquérito e primeiras medidas investigativas	
5.1.1.1 Medidas assecuratórias	

	5.1.1.2 Busca e apreensão	88
		90
		93
		93
		90
		99
	5.1.2.1 Notitia criminis: boletim eletrônico de ocorrência (BEO), registro digital de ocorrência (RDO) e "disque-denúncia"	99
	5 1 2 2 Cintomas Informa Phoenix Fotogrim e SINESP	10
	5.1.2.3 Identificação civil do criminoso	10
	5.1.2.4 Identificação criminal do indiciado por processo foto- gráfico e datiloscópico (papiloscopia e Afis)	10
	5.1.2.5 Identificação do criminoso e a coleta de perfil genético (DNA)	11
	5.1.2.6 Identificação do criminoso internauta	11
5.2	Termo Circunstanciado	11
5.3		11
PERQ 6.1	UIRIÇÃO DA VERDADE Titularidade da ação penal	12
6.2		12
6.3		12
6.4		
		13
PPON	VA E VERDADE	13
		13
	Breves noções sobre a teoria legal da prova	13
		14
	Desnecessidade da prova	1.
		1
		1
1.1		1
	7 7 1 1 Juiz natural e juízo colegiado	1
	7.7.2 Poderes atribuídos ao juiz em busca da verdade	1
	7.7.2.1 Poderes inquisitórios do juiz penal	1
	7 7 2 1 Poderes inquisitórios do una penal	
	5.2 5.3 AÇÃC PERQ 6.1 6.2 6.3 6.4	5.1.2.1 Notitia criminis: boletim eletrônico de ocorrência (BEO), registro digital de ocorrência (RDO) e "disque-denúncia" 5.1.2.2 Sistemas Infoseg, Ômega, Phoenix, Fotocrim e SINESP 5.1.2.3 Identificação civil do criminoso

Biblioteca – MP-SP Página 2

	7.7.3	A busca d	la verdade em superior instância judicial	16
7.8	3 Liberda	de, legalid	ade e restrições à prova	16
	7.8.1	Prova ilíc	ita	17
		7.8.1.1	Prova ilícita por derivação	17
		7.8.1.2	Desentranhamento da prova ilícita	17
	7.8.2	Intimidad	le, vida privada, honra e imagem	17
	7.8.3	A proteçã	o do domicílio	17
	7.8.4	Segredo e	sigilo	18
	7.8.5	Sigilo da	correspondência e das comunicações telegráficas	18
	7.8.6	Sigilo das	comunicações telefônicas	18
		7.8.6.1	Captação ambiental	18
	7.8.7	Sigilo de o	dados	19
		7.8.7.1	Organização criminosa e o sigilo dos atos processuais	19
	7.8.8	Sigilo bar	cário e das instituições financeiras	19
	7.8.9		o sigilo profissional	20
	7.8.10 Sigilo do juiz de direito, do representante do MP e da autorio			
		policial	adadustus a maioring a die dream de 17.0%.	20
	7.8.11	Sigilo do	advogado	20
	7.8.12	Sigilo mé	dico	21
	7.8.13	Sigilo do j	jornalista	21
	7.8.14	Da aplica	ção do princípio da proporcionalidade	21
7.9	Meios d	le prova		22
	7.9.1	Exame de	corpo de delito	22
	7.9.2	Perícia: ca	aracterísticas gerais	23
		7.9.2.1	Perito, quesitos e laudo pericial	23
		7.9.2.2	Intérprete e tradutor	23
		7.9.2.3	Exames necroscópico e de exumação	23
		7.9.2.4	Exame de lesões corporais	23
		7.9.2.5	Exame grafotécnico	24
		7.9.2.6	Perícia de laboratório e exame de DNA	24
		7.9.2.7	Teste de alcoolemia (bafômetro)	24
		7.9.2.8	Instrumentos do crime e avaliação de coisas	24
	7.9.3	Do acusad	lo e seu defensor	24
		7.9.3.1	Interrogatório e os direitos do acusado	24
		7.9.3.2	Formalidades legais que cercam o interrogatório	25
		7.9.3.3	Local do interrogatório e videointerrogatório	25
			7.9.3.3.1 Juízo colegiado e videointerrogatório	26
		7.9.3.4	Confissão e parcialidade do acusado	26
		7.9.3.5	Delação ou colaboração premiada	

		envolvendo organização criminosa
	7.9.3.6	Defensor e a sua obrigatória intervenção no processo
	7.9.3.7	O munus que apara a parcialidade do defensor
7.9.4		do
	7.9.4.1	Realinhamento procedimental da importância do ofendido
	7.9.4.2	Atuação do ofendido no polo ativo da ação penal
7.9.5	Prova test	emunhal
	7.9.5.1	Compromisso de dizer a verdade
	7.9.5.2	Quem pode testemunhar e obrigatoriedade do depoi- mento
	7.9.5.3	Oralidade
	7.9.5.4	Exame direto da prova testemunhal
	7.9.5.5	Número de testemunhas que podem ser arroladas
	7.9.5.6	Incomunicabilidade e ordem de inquirição
	7.9.5.7	Direito ao confronto e videodepoimento
	7.9.5.8	Depoimento por carta precatória ou por videoconferência
	7.9.5.9	Acareação e contradita
	7.9.5.10	Valor da prova testemunhal
	7.9.5.11	Programa de proteção a testemunhas
7.9.6	Reconhec	imento de pessoa ou coisa
7.9.7	Prova doo	rumental e sua autenticidade
	7.9.7.1	Prova eletrônica, documento eletrônico e processo judicial eletrônico
	7.9.7.2	Dificuldade no recolhimento da prova digital
	7.9.7.3	Ata notarial como meio de prova
	7.9.7.4	Prova emprestada e a confirmação da verdade
7.9.8	Indícios	
7.9.9	Cooperaç	ão jurídica internacional
		Extradição
10 Sistema		ação da prova no processo penal
7.10.1	"Juízos d	e Deus" e ordálias
7.10.2	Íntima co	nvicção do juiz
7.10.3	Prova leg	al Colombia Substitution and Colombia Substi
7.10.4	Persuasão	o racional
UDIÊNCIA	DE INSTRU	JÇÃO, ALEGAÇÕES FINAIS E NULIDADE
8.1 Alegaçã	ões finais o	rais

Biblioteca – MP-SP Página 4

8.3 Videoconferência e teleaudiência	351
8.4 Nulidades	356
8.4.1 Ato nulo	356
8.4.2 Ato inexistente	357
8.4.3 Nulidade e legalidade das formas	358
8.4.4 Nulidade e prejuízo	359
8.4.5 Instrumentalidade das formas	360
8.4.6 Nulidade e o descobrimento da verdade	360
8.4.7 Convalidação dos atos sanáveis	361
8.4.8 Nulidade derivada	362
8.4.9 Lealdade, interesse e nulidade	363
8.4.10 Arguição de nulidade	363
8.4.11 Momentos de arguição da nulidade	364
8.4.12 Declaração judicial da atipicidade do ato	365
8.4.13 Nulidade absoluta	365
8.4.14 Nulidade relativa	368
8.4.15 Nulidades do Júri	370
9. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA VERDADE	374
9.1 Estrutura formal da sentença	377
9.1.1 Relatório	377
9.1.2 Fundamentação	378
9.1.3 Parte dispositiva e assinatura do juiz	379
9.2 Sentença absolutória	380
9.3 Sentença condenatória	382
9.4 Teoria da congruência	384
9.5 Decisões do juízo colegiado de primeiro grau de jurisdição	387
10. PREDOMÍNIO DA VERDADE: RIGOR E ABALOS	390
10.1 Coisa julgada e presunção de verdade	390
10.2 Revisão criminal	392
10.2.1 Revisão pro reo	393
10.2.2 Revisão pro societate	395
10.3 A busca da verdade no Juizado Especial Criminal	396
10.4 Efeitos da suspensão condicional do processo	397
10.5 Suspensão do curso do processo no caso de revelia	399
BIBLIOGRAFIA	401
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	421